

(Provisório)

SUMÁRIO

PARTE I

TEORIA COM DICAS PRÁTICAS

1.	DO OBJETO E DA APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL.....	35
1.1	Introdução	35
1.2	Natureza jurídica da execução penal	36
1.3	Princípios regentes.....	36
1.3.1	Princípio da humanidade das penas	36
1.3.2	Princípio da legalidade.....	37
1.3.3	Princípio da jurisdicionalidade.....	38
1.3.4	Princípio do contraditório e ampla defesa	38
1.3.5	Princípio da igualdade	40
1.3.6	Princípio da individualização das penas	41
1.4	Participação da comunidade	42
1.5	Espécie de execução	42
1.5.1	Execução definitiva	42
1.5.2	Execução provisória	43
1.5.2.1	Execução provisória da pena restritiva de direitos	47
1.5.2.2	Execução provisória da suspensão condicional da pena	47
2.	DO CONDENADO E DO INTERNADO.....	49
2.1	Da classificação	49
2.1.1	Finalidade.....	49

2.1.2	Exame criminológico classificatório	50
2.1.3	Identificação do perfil genético	51
2.2	Da assistência.....	53
2.2.1	Disposições gerais	53
2.2.2	Da assistência material.....	54
2.2.3	Da assistência à saúde	56
2.2.4	Da assistência jurídica.....	58
2.2.5	Da assistência educacional	58
2.2.6	Da assistência social	60
2.2.7	Da assistência religiosa	60
2.2.8	Da assistência ao egresso.....	62
2.3	Do trabalho	62
2.3.1	Disposições gerais	62
2.3.2	Do trabalho interno.....	64
2.3.3	Do trabalho externo	67
2.4	deveres e direitos dos sentenciados	70
2.4.1	Dos deveres.....	70
2.4.2	Dos direitos.....	70
2.4.2.1	Alimentação suficiente e vestuário	71
2.4.2.2	Atribuição de trabalho e sua remuneração	71
2.4.2.3	Previdência social	71
2.4.2.4	Constituição de pecúlio.....	71
2.4.2.5	Proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação	72
2.4.2.6	Exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena.....	72
2.4.2.7	Assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa	72
2.4.2.8	Proteção contra qualquer forma de sensacionalismo.....	72

2.4.2.9	Entrevista pessoal e reservada com o advogado.....	73
2.4.2.10	Visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados	74
2.4.2.11	O direito de visita e a revista vexatória	79
2.4.2.12	Chamamento nominal	82
2.4.2.13	Igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena.....	82
2.4.2.14	Audiência especial com o diretor do estabelecimento.....	83
2.4.2.15	Representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito	83
2.4.2.16	Contato com o mundo exterior	83
2.4.2.17	Atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente.....	84
2.4.2.18	Liberdade de contratar médico de confiança pessoal.....	84
2.5	Da disciplina	85
2.5.1	Disposições gerais	85
2.5.2	Princípios.....	86
2.5.2.1	Princípio da legalidade	86
2.5.2.2	Princípio da vedação das sanções cruéis e desumanas.....	86
2.5.2.3	Princípio da individualização das sanções disciplinares	87
2.5.2.4	Princípio da proporcionalidade das sanções disciplinares	89
2.5.2.5	Princípio da proibição de sanções perpétuas .	89
2.5.3	Ciência das normas disciplinares.....	89
2.5.4	Poder disciplinar	90
2.5.5	Obrigatoriedade da comunicação.....	90
2.5.6	Das faltas disciplinares.....	91
2.5.6.1	Classificação	91

2.5.6.2	Competência legislativa	91
2.5.6.3	Da tentativa	92
2.5.6.4	Das faltas graves na pena privativa de liberdade	93
2.5.6.5	Das faltas graves na pena restritiva de direitos	105
2.5.6.6	Necessidade de oitiva do sentenciado.....	105
2.5.6.7	Consequências do reconhecimento da falta grave	108
2.5.6.8	Perda dos dias remidos	109
2.5.6.9	Interrupção dos lapsos	109
2.5.6.10	Prescrição das faltas disciplinares	110
2.5.6.11	Reabilitação das faltas disciplinares	113
2.5.6.12	Regime disciplinar diferenciado – RDD.....	117
2.5.7	Das sanções e das recompensas	122
2.5.7.1	Sanções disciplinares	122
2.5.7.2	Recompensas	123
2.5.8	Do procedimento disciplinar	124
2.5.8.1	Palavras dos agentes penitenciários como meio de prova	129
2.5.8.2	Quebra de sigilo de dados de celular	130
2.5.8.3	Abertura de encomendas, sem autorização judicial	131
3.	DOS ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL	133
3.1	Disposições Gerais.....	133
3.2	Do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	133
3.3	Do juízo da execução.....	134
3.3.1	Aplicar lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado.....	138
3.3.2	Declarar a extinção da punibilidade	140
3.3.3	Determinar a soma ou unificação de penas.....	140
3.3.4	Declarar a progressão ou regressão de regime	140

3.3.5	Declarar a detração e remição da pena	141
3.3.6	Suspensão condicional da pena	142
3.3.7	Declarar o livramento condicional.....	144
3.3.8	Processar incidentes da execução	144
3.3.9	Autorizar saídas temporárias.....	144
3.3.10	Determinar a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos	144
3.3.11	Determinar a forma de cumprimento da pena restritiva de direitos e fiscalizar sua execução.....	144
3.3.12	Determinar a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	145
3.3.13	Determinar a aplicação e revogação da medida de segurança bem como a substituição da pena por medida de segurança	145
3.3.14	Determinar a desinternação e o restabelecimento da internação	146
3.3.15	Determinar a utilização do equipamento de monitoração eletrônica	146
3.3.16	Determinar o cumprimento de pena ou medida de segurança em outra comarca.....	146
3.3.17	Fiscalizar o cumprimento da pena e da medida de segurança	147
3.3.18	Fiscalizar estabelecimentos prisionais e de internação..	148
3.3.19	Compor e instalar o Conselho da Comunidade	151
3.3.20	Emitir anualmente atestado de pena a cumprir	151
3.4	Do Ministério Público	151
3.5	Do Conselho Penitenciário	152
3.6	Dos Departamentos Penitenciários	154
3.6.1	Do Departamento Penitenciário Nacional.....	154
3.6.2	Do Departamento Penitenciário Local	155
3.6.3	Da direção e do pessoal dos estabelecimentos penais....	155
3.7	Do patronato	156
3.8	Do conselho da comunidade.....	156
3.9	Da Defensoria Pública	157

4.	DOS ESTABELECEMENTOS PENAIS	161
4.1	Disposições Gerais.....	161
4.2	Terceirização das atividades.....	162
4.3	Separação dos presos	163
4.3.1	A questão da orientação sexual e identidade de gênero no sistema prisional – Princípios de Yogyakarta.....	164
4.4	Capacidade máxima	170
4.5	Execução em outra unidade federativa	170
4.6	Da penitenciária.....	173
4.7	Da colônia agrícola, industrial ou similar.....	174
4.8	Da casa do albergado	176
4.9	Do centro de observação	177
4.10	Do hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.....	177
4.11	Da cadeia pública	180
4.12	Prisão domiciliar	181
4.12.1	Prisão domiciliar de natureza processual.....	181
4.12.2	Prisão domiciliar de natureza penal	182
4.13	Estabelecimentos penais de segurança máxima	190
5.	DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE.....	195
5.1	Os autos da execução PENAL.....	195
5.1.1	Introdução	195
5.1.2	Guia de recolhimento / execução / internação	196
5.1.3	Fixação da competência	201
5.1.4	Roteiro de penas	205
5.1.5	Extinção da pena.....	209
5.2	Das penas privativas de liberdade.....	211
5.2.1	Considerações iniciais	211
5.2.2	Dos regimes prisionais	212
5.2.2.1	Regime fechado	212
5.2.2.2	Regime semiaberto	213

5.2.2.3	Regime aberto	215
5.2.2.4	Sentença omissa quanto ao regime inicial	220
5.2.2.5	Aplicação concomitante de reclusão e detenção	220
5.2.2.6	Regime inicial dos crimes hediondos e equiparados	221
5.2.2.7	Regime inicial do tráfico privilegiado	223
5.2.3	Da progressão de regime	228
5.2.3.1	Introdução	228
5.2.3.2	Requisito objetivo da progressão nos crimes comuns antes da Lei nº 13.964/19	230
5.2.3.3	Progressão de regime nos crimes hediondos e equiparados antes da Lei nº 11.464/07	230
5.2.3.4	Requisito objetivo da progressão nos crimes hediondos e equiparados antes da Lei nº 13.964/19	231
5.2.3.5	Progressão especial	232
5.2.3.6	Quadro comparativo dos requisitos objetivos da progressão antes da Lei nº 13.964/19	236
5.2.3.7	Requisito objetivo da progressão após a vigência da Lei nº 13.964/19	237
5.2.3.8	Progressão sem o preenchimento do requisito objetivo	245
5.2.3.9	Da progressão por salto	245
5.2.3.10	Requisito subjetivo da progressão de regime .	245
5.2.3.11	Vedação à progressão de regime	250
5.2.3.12	Progressão para condenados por crimes com diversas frações	251
5.2.3.13	Progressão nas condenações superiores a 40 anos	252
5.2.3.14	A falta disciplinar grave e seus reflexos na progressão	253
5.2.3.15	Custódia cautelar como marco inicial para progressão de regime	254

5.2.3.16	Data-base para a progressão ao regime aberto.....	255
5.2.3.17	Data-base para progressão ao regime aberto a partir do último exame criminológico favorável.....	257
5.2.3.18	Data-base para progressão a partir da falta grave	258
5.2.3.19	Data-base para progressão a partir da reabilitação da falta grave.....	259
5.2.3.20	Data-base para progressão a partir da soma/unificação das penas	259
5.2.3.21	Pagamento da multa penal como condição da progressão	260
5.2.3.22	Progressão de regime e preso estrangeiro.....	262
5.2.3.23	Progressão de regime e cumprimento de pena em penitenciária federal de segurança máxima	263
5.2.3.24	Progressão nos crimes praticados contra a Administração Pública	265
5.2.3.25	Gravidade abstrata do delito e longa pena a cumprir.....	266
5.2.3.26	Coleta de material genético como condição à progressão	267
5.2.3.27	Progressão para os crimes previstos na Lei de Drogas	267
5.2.3.28	Procedimento	268
5.2.4	Da regressão de regime	272
5.2.4.1	Oitiva do sentenciado	274
5.2.4.2	Procedimento para regressão de regime.....	276
5.2.5	Soma e unificação de penas.....	276
5.2.5.1	Soma e unificação de penas privativa de liberdade e restritiva de direitos.....	279
5.2.5.2	Soma e unificação de pena de reclusão e detenção.....	281

5.2.5.3	Soma e unificação e interrupção da contagem de lapso para progressão.....	283
5.2.5.4	Soma e unificação e incluindo pena extinta ...	284
5.2.6	Das autorizações de saída	286
5.2.6.1	Da permissão de saída.....	286
5.2.6.2	Da saída temporária.....	287
5.2.6.3	Quadro comparativo permissão de saída vs saída temporária.....	294
5.2.7	Da remição	295
5.2.7.1	Conceito e generalidades	295
5.2.7.2	Espécies de remição	305
5.2.7.3	Remição pelas práticas sociais educativas.....	306
5.2.7.4	Remição pela leitura de obras literárias.....	311
5.2.7.5	Remição e preso provisório	313
5.2.7.6	Remição por trabalho realizado antes do cometimento do crime	314
5.2.7.7	Impossibilidade de trabalhar por acidente e gravidez.....	315
5.2.7.8	Remição e detração penal	317
5.2.7.9	Perda dos dias declarados remidos	317
5.2.7.10	Remição ficta por falta de trabalho.....	320
5.2.8	Da detração	321
5.2.8.1	Conceito e competência para declarar	321
5.2.8.2	Detração e penas restritivas de direitos	323
5.2.8.3	Detração e pena de multa.....	324
5.2.8.4	Detração e suspensão condicional da pena	324
5.2.8.5	Detração e prescrição.....	324
5.2.8.6	Detração e prisão processual em outro processo.....	325
5.2.8.7	Detração e medidas cautelares diversas da prisão	326

5.2.8.8	Detração por cumprimento da pena em condições degradantes.....	328
5.2.8.9	Detração analógica virtual	332
5.2.9	Do livramento condicional	334
5.2.9.1	Introdução.....	334
5.2.9.2	Requisitos	334
5.2.9.3	Vedação legal ao livramento condicional.....	343
5.2.9.4	Prazo para condenações superiores a 40 anos	343
5.2.9.5	Requisitos na Lei nº 11.343/06	344
5.2.9.6	Procedimento	347
5.2.9.7	Condições	348
5.2.9.8	Revogação	349
5.2.9.9	Suspensão do livramento	350
5.2.9.10	Extinção da pena	351
5.2.9.11	Novo crime durante o período de prova.....	352
5.2.10	Da monitoração eletrônica	353
5.3	Das penas restritivas de direitos	357
5.3.1	Disposições gerais	357
5.3.2	Modificação da pena imposta	358
5.3.3	Da reconversão da pena restritiva direitos em privativa de liberdade.....	360
5.3.4	Das penas alternativas em espécie.....	361
5.3.4.1	Da prestação pecuniária.....	361
5.3.4.2	Da perda de bens e valores	362
5.3.4.3	Da limitação de fim de semana.....	362
5.3.4.4	Da prestação de serviços à comunidade	362
5.3.4.5	Da interdição temporária de direitos	363
5.3.5	Medida cautelar de arresto e prestação pecuniária	363
5.3.6	Penas restritivas de direitos e suspensão dos direitos políticos.....	364
5.3.7	Penas restritivas de direitos durante a pandemia	364

5.4	Da suspensão condicional da pena.....	365
5.4.1	Considerações gerais.....	365
5.4.2	Requisitos	365
5.4.3	Período de suspensão.....	366
5.4.4	Procedimento	366
5.4.5	Condições	368
5.4.6	Causas de revogação	368
5.4.7	Cassação.....	369
5.4.8	Consequência da revogação e cassação do sursis	369
5.4.9	Prorrogação do período de prova	370
5.4.10	Prescrição e sursis	370
5.5	Da pena de multa	371
5.5.1	Do pagamento voluntário da multa	371
5.5.2	Da impossibilidade de conversão em pena privativa de liberdade	372
5.5.3	Da atualização da multa.....	373
5.5.4	Do prazo para pagamento e pedido de parcelamento ...	374
5.5.5	Da legitimidade e da competência para a execução da pena de multa	374
5.5.6	Da penhora de bens do executado	377
5.5.7	Prescrição da pena de multa.....	381
5.5.8	Superveniência de doença mental.....	381
5.5.9	Desconto em folha de pagamento.....	381
5.5.10	Da pena de multa e a extinção da punibilidade.....	382
5.5.11	A execução forçada da pena de multa e o princípio da insignificância	385
5.6	Do acordo de não persecução penal.....	385
5.6.1	Generalidades.....	385
5.6.2	Requisitos	386
5.6.3	Direito subjetivo do acusado	387
5.6.4	Condições	388

5.6.5	Competência para fiscalizar.....	389
5.6.6	Competência para escolha da instituição beneficiária dos valores	389
5.7	Da reabilitação criminal	390
5.7.1	Conceito, requisitos e generalidades.....	390
5.7.2	Falta de utilidade prática.....	391
5.7.3	Registro criminais	391
6.	DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	393
6.1	Disposições gerais	393
6.2	Sistemas de aplicação da medida de segurança.....	393
6.3	Regramento aplicável.....	394
6.4	Espécies de medida de segurança	395
6.5	Guia de execução da medida de segurança	396
6.6	Exame criminológico.....	397
6.7	Múltiplas medidas de segurança.....	397
6.8	Detração e execução provisória	397
6.9	Extinção da medida de segurança.....	398
6.9.1	Da cessação da periculosidade	399
6.9.2	Prazo máximo da medida de segurança.....	401
7.	DOS INCIDENTES DE EXECUÇÃO.....	405
7.1	Das conversões.....	405
7.1.1	Conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.....	405
7.1.2	Conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	406
7.1.3	Conversão da pena de multa em privativa de liberdade	408
7.1.4	Conversão da pena privativa de liberdade em medida de segurança.....	409
7.1.4.1	Hipóteses de conversão	409
7.1.4.2	Legitimados a requerer a conversão	410
7.1.4.3	Procedimento da conversão	410

7.1.5	Substituição do tratamento ambulatorial em internação	411
7.2	Do excesso ou desvio	411
7.3	Anistia, Graça e indulto	412
7.3.1	Considerações gerais.....	412
7.3.2	Anistia	413
7.3.2.1	Conceito e generalidades	413
7.3.2.2	Classificação	413
7.3.2.3	Vedação constitucional	414
7.3.2.4	Efeitos civis	414
7.3.3	Indulto individual	414
7.3.3.1	Conceito e generalidades	414
7.3.3.2	Classificação	414
7.3.3.3	Vedação constitucional	415
7.3.3.4	Procedimento	415
7.3.4	Indulto coletivo.....	416
7.3.4.1	Conceito e generalidades	416
7.3.4.2	Classificação	416
7.3.4.3	Vedação constitucional	416
7.3.4.4	Procedimento	418
7.3.5	Comutação de penas	419
7.3.6	Pontos relevantes do indulto/comutação de penas	420
7.3.6.1	Consequências da falta grave no indulto	420
7.3.6.2	Efeitos secundários penais e extrapenais	421
7.3.6.3	Condenados por crimes comum e hediondo ..	421
7.3.6.4	Indulto humanitário	422
7.3.6.5	Indulto sobre penas comutadas.....	425
7.3.6.6	Superveniência de condenação não altera data-base do indulto/comutação.....	426
7.3.6.7	A interpretação do decreto de indulto	427

7.3.6.8	Natureza declaratória da sentença que concede indulto/comutação.....	428
7.3.6.9	Descumprimento das condições do livramento condicional e o direito ao indulto	429
7.3.6.10	Indulto e período de detração penal.....	430
7.3.6.11	Indulto e medida de segurança	433
7.3.6.12	Indulto e exame criminológico.....	433
7.3.6.13	Indulto e período de suspensão condicional da pena.....	434
8.	DO PROCEDIMENTO JUDICIAL	435
8.1	Disposições gerais	435
9.	DO RECURSO E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO	437
9.1	Do agravo em execução.....	437
9.1.1	Cabimento	437
9.1.2	Efeito suspensivo	437
9.1.3	Legitimidade.....	438
9.1.4	Rito processual aplicável	439
9.2	Do <i>habeas corpus</i>	443
9.2.1	Previsão legal.....	443
9.2.2	Espécies	444
9.2.3	Interesse de agir.....	444
9.2.3.1	Pena de multa	449
9.2.3.2	Pena privativa de liberdade já declarada extinta	450
9.2.3.3	Pena restritiva de direitos, ANPP, transação penal e suspensão condicional do processo ...	450
9.2.3.4	Progressão de regime prisional	450
9.2.3.5	Falta de vaga em regime semiaberto	450
9.2.3.6	Decisão que indefere <i>habeas corpus</i>	451
9.2.3.7	Decisão que indefere liminar em <i>habeas corpus</i>	452

9.2.3.8	Exercício de direito de visitas em unidade prisional	453
9.2.3.9	Excesso de prazo no julgamento do <i>habeas corpus</i>	454
9.2.3.10	<i>Habeas corpus</i> contra lei em tese	454
9.2.3.11	Estabelecimento inadequado ao cumprimento de medida de segurança	455
9.2.4	Legitimidade	457
9.2.4.1	Legitimidade ativa	457
9.2.4.2	<i>Habeas corpus</i> de ofício	459
9.2.4.3	Legitimado passivo	460
9.2.4.4	<i>Habeas corpus</i> coletivo	460
9.2.5	Requisitos da petição inicial	468
9.2.6	Prazo	469
9.2.7	Custas processuais	469
9.2.8	Competência	469
9.2.9	Liminar em <i>habeas corpus</i>	470
9.2.10	<i>Habeas corpus</i> prejudicado	471
9.2.11	Desistência	471
9.2.12	Informações da autoridade coatora	471
9.2.13	Provas	472
9.2.14	Sustentação oral	473
9.2.15	Efeito extensivo	473
9.2.16	Procedimento	475
9.3	Do mandado de segurança	475
9.3.1	Previsão legal	475
9.3.2	Espécies	475
9.3.3	Quando utilizar	475
9.3.4	Procedimento	476
9.4	Da revisão criminal	477
9.4.1	Disposições gerais	477

9.4.2	Natureza jurídica	478
9.4.3	Previsão constitucional	479
9.4.4	Pedidos da revisão criminal.....	479
9.4.5	Legitimidade ativa	481
9.4.6	Legitimidade passiva.....	482
9.4.7	Prazo	483
9.4.8	Ônus da prova.....	483
9.4.9	Sentença condenatória e absolutória imprópria	483
9.4.10	Sentença absolutória.....	484
9.4.11	Sentença de extinção da punibilidade	484
9.4.12	Sentença que concede perdão judicial	485
9.4.13	Sentença prolatada com base em documento falso	485
9.4.14	Sentença homologatória de transação penal e suspensão condicional do processo	485
9.4.15	Sentença do tribunal do júri.....	486
9.4.16	Hipóteses de cabimento	488
9.4.17	Sentença condenatória contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos.....	488
9.4.18	Sentença condenatória fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos.....	491
9.4.19	Novas provas da inocência do sentenciado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena.....	491
9.4.20	Nulidade absoluta do processo	494
9.4.21	Reiteração de pedido	495
9.4.22	Procedimento	495
10.	DA PRESCRIÇÃO	501
10.1	Considerações iniciais	501
10.2	Prescrição da pretensão executória.....	502
10.3	Prescrição das faltas disciplinares.....	507

PARTE II
MODELOS DE PETIÇÕES

1.	AGRAVO EM EXECUÇÃO	513
1.1	Bloqueio de conta – multa penal - impenhorabilidade.....	513
1.2	Decisão que suspende livramento condicional e determina a regressão de regime	519
1.3	Falta de fundamentação – perda de dias remidos.....	523
1.4	Falta grave por posse de aparelho de tatuagem.....	526
1.5	Indeferimento de extinção da punibilidade por não pagamento de multa.....	531
1.6	Indeferimento de comutação – crime hediondo antes da Lei nº 8.072/90.....	535
1.7	Indeferimento de indulto com base em falta posterior	537
1.8	Indeferimento de indulto – Decreto nº 11.302/22	540
1.9	Indeferimento de indulto – Decreto nº 11.302/22 – Tráfico privilegiado.....	543
1.10	Indeferimento de livramento condicional – modelo 1	547
1.11	Indeferimento de livramento condicional – modelo 2	550
1.12	Indeferimento de livramento condicional ao reincidente em tráfico privilegiado	553
1.13	Indeferimento de progressão de regime – modelo 1.....	557
1.14	Indeferimento de progressão de regime – modelo 2.....	561
1.15	Indeferimento de progressão de regime – modelo 3.....	564
1.16	Indeferimento de progressão de regime – modelo 4.....	568
1.17	Indeferimento de substituição de pena restritiva de direitos	571
1.18	Indeferimento de unificação de penas – crime continuado	574
1.19	Indeferimento de visita de companheira – vítima de violência doméstica	577
1.20	Indeferimento de visita de irmão.....	581
1.21	Modificação data-base para progressão ao regime aberto	585
1.22	Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	589

1.23	Regressão de regime sem oitiva do sentenciado.....	593
1.24	Retificação do cálculo – falta grave não interrompendo lapso para LC e indulto.....	597
1.25	Retificação do cálculo – retroatividade da Lei nº 13.964/19.....	600
1.26	Unificação de penas – reclusão e detenção.....	604
2.	AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.....	609
2.1	Decisão que não admite REsp por indeferimento de LC.....	609
3.	COTAS.....	613
3.1	Aplicação da Súmula Vinculante nº 56 do STF.....	613
3.2	Certidão atualizada do novo processo criminal.....	614
3.3	Ciência do cálculo de penas.....	615
3.4	Expedição dos ofícios de praxe e intimação por edital.....	616
3.5	Formação de expediente de progressão de regime prisional.....	617
3.6	Pedido de atualização do cálculo de penas.....	618
3.7	Pedido de elaboração do cálculo de penas.....	619
3.8	Pedido de elaboração do cálculo prescricional.....	620
3.9	Pedido de extinção da punibilidade independentemente do pagamento da multa.....	621
3.10	Pedido de ofício à unidade prisional para juntada de grade de remição.....	622
3.11	Pedido de ofício à unidade prisional para juntada de procedimento disciplinar.....	623
3.12	Pedido de prazo para manifestação.....	624
3.13	pedido de substituição da pena restritiva de direitos.....	625
3.14	Remessa da execução AO juízo competente.....	626
3.15	Soma das penas.....	627
3.16	Vinda da nova guia de recolhimento.....	628
4.	COMUTAÇÃO DE PENAS.....	629
4.1	Comutação com base no Decreto Presidencial 9.246/2017.....	629
5.	CONTRAMINUTA DE AGRAVO EM EXECUÇÃO.....	631

5.1	Progressão de regime prisional.....	631
5.2	Progressão de regime prisional condicionada ao pagamento da multa penal.....	634
5.3	Progressão de regime prisional especial.....	638
6.	CONTRARRAZÕES DE RECURSO ESPECIAL	643
6.1	Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade por incompatibilidade.....	643
6.2	Regressão de regime – lapso regime aberto a contar do exame criminológico favorável.....	647
7.	DEFESAS DISCIPLINARES	651
7.1	Dano - confissão isolada	651
7.2	Desobediência – prescrição	655
7.3	Fuga durante saída temporária.....	659
7.4	Retorno atrasado de saída temporária	662
7.5	Sedex sem identificação contendo chip de celular.....	666
7.6	Violação de monitoração eletrônica.....	670
8.	DIREITOS DO PRESO	673
8.1	Autorização de visitas – companheira menor de idade	673
8.2	Autorização de visitas – genitora vítima de violência doméstica praticada pelo preso	675
8.3	Autorização de visitas – suspensão por suposto envio de sedex contendo celular	676
8.4	Pedido de decretação de Segredo de Justiça	677
8.5	Pedido de emissão de atestado de permanência carcerária	678
8.6	Pedido de informações sobre restrição de visitas.....	679
9.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	681
9.1	Omissão do acórdão	681
9.2	Omissão sobre desbloqueio de conta bancária	685
10.	EMBARGOS INFRINGENTES	687
10.1	Decisão não unânime em agravo em execução.....	687

11. <i>HABEAS CORPUS</i>	691
11.1 STJ – erro no cálculo das frações do tráfico privilegiado	691
11.2 STJ – indeferimento de indulto ao tráfico privilegiado	695
11.3 STJ – indeferimento de lc com base na gravidade do crime e longevidade da pena	698
11.4 STJ – modificação da data-base para progressão ao regime aberto	701
11.5 STJ – modificação da data-base para progressão ao regime aberto a partir do exame criminológico	705
11.6 STJ – regressão para realizar exame criminológico da progressão – sentenciado em livramento	708
11.7 STJ – retificação do cálculo – retroatividade da lei nº 13.964/19	710
11.8 TJ – excesso de prazo na expedição da guia de recolhimento	713
11.9 TJ – extinção de medida de segurança	715
11.10 TJ – falta de vaga em regime semiaberto	719
11.11 TJ – fixação de pena restritiva de direitos como condição especial do regime aberto.....	721
11.12 TJ – prorrogação da medida de segurança	725
11.13 TJ – indeferimento de comutação com base em falta média	729
11.14 TJ – prorrogação do regime aberto por falta de comparecimento	733
11.15 Reconversão da prd em ppl sem oitiva do sentenciado.....	736
11.16 TJ – revogação do lc acumulado com regressão de regime e perda dos dias remidos.....	739
12. <i>INDULTO DE PENAS</i>	743
12.1 Indulto com base no Decreto Presidencial 9.246/2017	743
13. <i>LIVRAMENTO CONDICIONAL</i>	745
13.1 Pedido de emissão de boletim informativo e atestado de conduta carcerária	745
13.2 Pedido de extinção do livramento condicional por depuração do período de prova.....	746
13.3 Pedido de livramento condicional.....	747
14. <i>MANDADO DE SEGURANÇA</i>	749

14.1	Direito de visitas	749
15.	PETIÇÕES DIVERSAS	753
15.1	Aplicação de lei nova mais benéfica – estatuto do desarmamento	753
15.2	Falta de vaga em regime semiaberto.....	756
15.3	Desarquivamento de processo	757
15.4	Impugnação ao cálculo da prescrição da pretensão executória – termo inicial.....	758
15.5	Impugnação ao cálculo de penas – crime comum e hediondo.....	760
15.6	Impugnação ao cálculo de penas – data-base para progressão ao regime aberto.....	761
15.7	Impugnação ao cálculo de penas – falta grave não interrompe lapso para indulto e livramento condicional	762
15.8	Impugnação ao cálculo de penas – frações de crimes hediondos após o pacote anticrime.....	763
15.9	Impugnação ao cálculo de penas – tráfico privilegiado é crime comum.....	765
15.10	Juntada de procuração.....	766
15.11	Manifestação contra pedido de exame criminológico formulado pelo MP.....	767
15.12	Pedido de declaração da extinção da punibilidade independentemente do pagamento da multa.....	768
15.13	Pedido de prisão domiciliar – preso contaminado pelo covid	769
15.14	Quesitos para exame criminológico	770
15.15	Requerimento de autuação da guia de recolhimento já expedida	771
15.16	Requerimento de expedição de guia de recolhimento	772
16.	PROGRESSÃO DE REGIME.....	773
16.1	Manifestação contrária ao pedido de exame criminológico para progressão de regime	773
16.2	Pedido de emissão de boletim informativo e atestado de conduta carcerária	776
16.3	Pedido de progressão de regime prisional.....	777
17.	REABILITAÇÃO CRIMINAL.....	779

17.1	Pedido de reabilitação criminal	779
18.	RECLAMAÇÃO	781
18.1	Descumprimento de decisão de segunda instância.....	781
18.2	Descumprimento do hc nº 596.603 do Superior Tribunal de Justiça.....	783
18.3	Ofensa à Súmula Vinculante nº 56 do STF	788
19.	RECURSO ESPECIAL	791
19.1	Decisão que indefere comutação de penas	791
19.2	Extinção da punibilidade independentemente do pagamento da multa penal.....	795
19.3	Indulto deve considerar penas comutadas	799
19.4	Reconhecimento de crime continuado.....	803
19.5	Unificação de pena restritiva de direitos e privativa de liberdade	807
20.	RECURSO EM <i>HABEAS CORPUS</i>	811
20.1	Decisão que indefere <i>Habeas Corpus</i> impetrado por excesso de prazo para apreciar progressão de regime	811
21.	REVISÃO CRIMINAL.....	815
21.1	Erro na dosimetria da pena	815
21.2	Atipicidade do artigo 34 da Lei de drogas e erro na dosimetria da pena	820
22.	SOMA E UNIFICAÇÃO DE PENAS.....	825
22.1	Manifestação contrária à conversão da PRD em PPL por incompatibilidade	825
22.2	Pedido de unificação de penas	827
	BIBLIOGRAFIA	829